

HISTÓRIA AMBIENTAL DE PORANGATU: ANÁLISE DOCUMENTAL

Matheus Barbosa de Oliveira * (Matheus.oliver2001@gmail.com IC), Sarita Naiara Nunes Novaes (IC), Edna Lemes Pereira Lemos (PQ), Samira Perutti Moretto (PQ).

Universidade Estadual de Goiás – UEG, Câmpus Porangatu.

RESUMO: Em dezembro de 1943, o povoado de Descoberto passou a denominar-se Porangatu, e após longa fase estacionária, a construção da rodovia BR153 trouxe forte impacto ambiental para a localidade. Estamos desenvolvendo um projeto para analisar as transformações da paisagem neste município. A pesquisa se encontra em fase final e o objetivo deste trabalho é apontar e descrever as principais fontes que utilizaremos na pesquisa e as dificuldades no levantamento e busca das mesmas. Iniciamos nossa busca no acervo de documentos da Prefeitura Municipal de Porangatu e demais secretarias: do Meio Ambiente, da Fazenda, Agricultura, da Habitação e Urbanismo e a secretaria de Transportes e Obras. No decorrer do projeto buscaremos outras fontes na Câmara Municipal, no Centro de Tradições, na biblioteca pública da cidade, e analisaremos também periódicos locais, como jornais e revistas. Dentre as fontes procuradas se destacam: legislação, artigos, decretos que relata a construção de uma obra pública, a derrubada de áreas verdes para formação de pastos e lavouras. Buscaremos fotografias, realizaremos entrevistas com moradores locais para que possam nos ajudar a entender como ocorreu a interação dos diferentes grupos sociais que ocupam a região com o meio ambiente.

Palavras-Chaves: Porangatu. História Ambiental. História Regional. Meio Ambiente. Atas.

Introdução

A história ambiental surge do esforço de historiadores, que buscam no ambiente natural as respostas para perguntas, as quais os estudiosos questionam a relação dos seres humanos com a natureza através do tempo. Segundo Donald Worster “a ideia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países”. (WORSTER, 1991. p.199), lembrando que “A história ambiental é uma disciplina acadêmica que era praticada em países de língua inglesa” (DRUMMOND, 1991. p.177).

Uma característica metodológica da história ambiental é ter como foco uma determinada região a ser estudada, como no caso a região Norte de Goiás, fazendo um recorte cultural, político-econômico sem esquecer-se das suas características físicas, ecológicas e climáticas. Tendo como objeto de estudo o bioma Cerrado, predominante na região Centro-Oeste, que segundo dados do IBGE, é o segundo maior da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 Km², aproximadamente

22% do território nacional. No Cerrado foram listados 12.356 espécies de plantas. Somente a flora vascular nativa engloba 11.627 espécies.

O Cerrado sofreu suas primeiras alterações socioambientais ainda no século XVIII com a vinda dos bandeirantes. O início predatório dessa região deu-se com a exploração do ouro e o aprisionamento dos indígenas. Seguindo essa trajetória, dois séculos mais tarde (XX), as terras indígenas foram transformadas em fazendas, sítios ou arados, que favoreceriam a criação de gado, o que aumentava a degradação, seguida pela devastação incessante da derrubada das mata para formações de pastos para criação de gado (outro fator contemporâneo relevante à expansão agropecuária e a utilização da madeira para produção de carvão vegetal, levando alguns fazendeiros a arrendar suas terras para desmatamento e retirada de lenha para carvoarias, assim após todo processo de produção do carvão o latifundiário recebe a terra pronta para fins agrícolas ou pecuarista).

A pecuária tornou-se a principal forma de ocupação territorial após a decadência do ouro, distribuindo rebanhos por todo território goiano, tornando-se também, a principal fonte de riqueza e permitiu exaurir o isolamento, a qual se encontrava a população de Goiás, por meio da construção de estradas, e vias de transportes. Levando a população a fixar-se na terra, dedicando-se a atividades rurais e agrícolas.

No século XX as terras goianas encontravam-se ainda despovoadas e, durante a década de 1930, houve um processo diferente de apossamento de terras em Goiás, ocorrido por migrantes, sendo em sua maioria mineiros, permitindo acontecer o que Leo Waibel titula de Agricultura Migratória (ato de derrubar e queimar matas para utilização de suas terras por um determinado período, mudando-se para novas terras, onde haverá o mesmo processo de desmatamento).

Ocasionalmente uma enorme fragmentação do ecossistema, provocando assim uma pequena parcela isolada de habitats naturais.

“Ela ocorre quando as atividades humanas removem incompletamente um grande bloco contínuo de habitat, o que resulta em pequenas remanescentes de ecossistemas naturais separadas entre si por uma matriz antropogênica, denominada por agricultura, pecuária, mineração, estradas, linhas de transmissão, lagos de hidrelétricas etc.” (ARAUJO, 2007).

Esta fragmentação dos biomas brasileiros é presente nas regiões que sofrem com ações antrópicas de longo prazo, em especial a Mata Atlântica e o Cerrado. Segundo Espindola “A presença humana numa determinada porção de terra, por mais “primitivo” que seja o estágio técnico, sempre afeta a natureza ao converter matéria em recurso.” .

No Brasil há uma legislação ambiental que prevê diversas formas de preservação de seus biomas, dentre elas a criação de UCs (Unidades de Conservação), as APPs que seria a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, e as Reservas Legais (RL), entre outras maneiras existentes de controle de degradação, como autorização de desmatamentos, planos sustentáveis para grandes empresas que usufruem de recursos naturais.

O Governo Federal Brasileiro detém de algumas ações que visa à conservação do território nacional, incluindo o Cerrado, como a Política Nacional da Diversidade Biológica, Planos Nacional de Áreas Protegidas, e o levantamento de Áreas de Prioritárias para Conservação e da cobertura vegetal.

De modo geral, estas medidas buscam a preservação da Biodiversidade dos biomas brasileiros, de terras indígenas e quilombolas, a redução de queimadas e desmatamento, tentando assim diminuir a degradação e fragmentação de habitats naturais.

Além das ações federais, há outras ações que tem como objetivo a preservação do Cerrado, podemos citar aqui: o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado; o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado; o Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado (CMBBC), entre outros projetos que se fazem de suma importância não apenas para a preservação da fauna e da flora local, mais também de rios e nascentes, o uso sustentável dos recursos naturais, a emissão de gases poluentes etc.

O Cerrado tem uma diversidade biológica que necessita de um sistema mais diversificado das suas áreas protegidas, pois se encontra neste bioma um número reduzido de UCs, e um aumento significativo das suas áreas desmatadas, o que dificulta a sua preservação.

Material e Métodos

Segundo Worster (1991), a História Ambiental apresenta-se em uma nova premissa, pois é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Partindo da concepção de Worster (1991), este trabalho utilizará a metodologia da História Ambiental para analisar como ocorreu a interação dos diferentes grupos sociais que ocupam o norte do estado de Goiás com o meio ambiente. Para atingirmos os objetivos da pesquisa, estão sendo utilizados vários tipos de fontes documentais e da história oral.

No entender de Raphael Samuel, existem verdades que são gravadas somente nas memórias de pessoas idosas; eventos do passado que só elas podem nos contar, imagens sumidas que só elas podem lembrar, ajudando a esclarecer discrepâncias aparentes na documentação existente.

O projeto que está em desenvolvimento divide-se em dois planos de trabalho: o primeiro plano utiliza como metodologia de análise do cotidiano e iconografia. A iconografia abrange o estudo de trabalhos imagéticos como pinturas, gravuras, retratos e etc. Até o século XVI, a iconografia se referia apenas a imagéticos ligados à religião ou inseridos em um contexto religioso. O segundo plano tem como metodologia a história oral.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e presente. (ALBERTI, 2010. p.155)

Uma importante característica deste trabalho são as entrevistas, pois favorece ao historiador ao entrevistar moradores locais a identificar das transformações ocorridas pelo processo de urbanização. O papel dos moradores locais será buscar em suas memórias processos catalisadores para a transformação da paisagem da região, pois, de alguma forma, contribuíram como agentes ativos ou passivos, por que não agindo diretamente no processo, os moradores acompanharam e sofreram as consequências trazidas por todas as mudanças. Mudanças essas que podem ser

ocorridas por agentes naturais ou pela ação humana, como a construção da ferrovia Norte-Sul.

A princípio buscaremos entender as formas de abordagem com relação à fauna e a flora local. Identificar os grupos sociais que ocupam a região, e suas influências para com o meio ambiente. Observando o papel das indústrias e de agentes humanos.

A pesquisa deu-se início com discussões teórico-metodológicas para entender quando e como nascem pesquisas dentro do campo disciplinar da História Ambiental, como são utilizadas as diversas fontes, as metodologias, conhecer alguns autores que escrevem sobre o mesmo, quais foram os primeiros trabalhos utilizando o mesmo campo de pesquisa.

Logo após começamos a fazer um levantamento de possíveis locais que poderíamos encontrar fontes para validar nossa pesquisa, iniciamos a busca por documentos no acervo da prefeitura municipal da cidade de Porangatu, onde foram encontrados alguns documentos de doação de terrenos para construções civis, juntamente com autorizações de obras públicas como construção de pontes, abertura de estradas, etc., inventários de fazendas, lotes residenciais entre outros. A partir da análise de alguns documentos, passamos para as atas das reuniões da câmara municipal de vereadores, onde foi encontrada uma diversidade muito grande de documentação que se faz necessária para se compreender alguns processos catalisadores com o meio ambiente no norte de Goiás. Na medida em que se avançaram as pesquisas em documentos públicos, começamos a utilizar a metodologia da História oral para entrevistar algumas pessoas que participaram da construção do município de Porangatu.

Resultados e Discussão

Encontra-se na ata da 1^o sessão do ano de 1950 o projeto de lei dos vereadores do município de Porangatu, autorizando a realização de desmatamento para abertura de estradas para o garimpo localizado no município de Formoso que se encontra a cerca de 70 KM¹. No ano de 1953 a Delegacia do Tesouro Nacional doa ao Departamento Municipal de Estradas e Rodagens (DMER) de Porangatu uma quantia em dinheiro para que o município possa realizar a construção de um

cemitério local e para aumentar e reconstruir o aeroporto, que hoje se encontra em total estado de abandono e sem a presença de estruturas físicas que anteriormente vieram a existir. No mesmo ano a câmara aprova a compra de um terreno de 100 alqueires para construir uma represa que beneficiaria a população com água para consumo. O DMER foi autorizado em 1954 a construir duas rodovias, sendo uma de Porangatu ao município de Amaro Leite as margens do rio Santa Teresa, e outra rumo ao povoado de Cruzeiro do Norte as margens do Rio Pintado.

A ata do dia 02 de março de 1959 trás um pedido de doação de terreno equivalente a 230x210 metros para a construção de um campo de esportes que pertenceria ao município, pedido este feito pelo diretor do quadro de esportes de Porangatu o Sr. Waldemar Lopes do Amaral.

Já no ano de 1962 no dia 15 de maio a Câmara Municipal entrou em discussão para que fossem aprovados três projetos de autoria do chefe do Executivo, que visava à aquisição de terrenos para construção de um Mercado Público Municipal, que nos dias atuais denomina-se Feira Coberta onde são comercializados produtos de pequenos produtores rurais, um Ginásio Estadual e um posto agropecuário. No dia 02 de julho do mesmo ano um novo pedido de terreno foi feito agora para que possa ser construída uma Estação Rodoviária, o que nos leva a imaginar que o desenvolvimento urbano da cidade se encontra em ascensão.

A ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Porangatu do dia 13 de março de 1968 consta o requerimento do vereador Luis Alves Pereira solicitando a instalação de uma Agência do Banco Oficial de Goiás, visando melhorar a situação de desespero em que se encontram as classes produtoras industriais e comerciais, responsáveis de promover as riquezas do município. Tal circunstancia mostra-nos que o município vem progredindo em escala significativa.

O desenvolvimento econômico da cidade devido a seu progresso industrial e comercial contribui para que haja uma degradação ambiental relevante, pois o norte goiano tem como principal fonte de renda a criação de gado e a plantação de pequenas lavouras de diversas culturas, o que se faz necessário às queimadas e desmatamentos para criação de pastos e terras propicias para cultivo.

A população da cidade vem crescendo de forma significativa ao longo dos anos, pois se faz necessário à criação de escolas na zona urbana assim como na zona rural, esta mesma ata traz uma lei sancionada pelo prefeito municipal Pedro

Teixeira Filho autorizando o chefe do poder executivo municipal a criar uma escola na Fazenda Bom Jesus do proprietário Expedito Cândido Gomes. E outro projeto de lei que autoriza o mesmo a adquirir um terreno de 853 m², destinada à construção de uma praça pública. Que ficaria localizada no setor leste entre as ruas 13 e 09 que nos dias atuais encontram-se apenas casas residenciais.

No ano de 1965 são sancionadas leis que autorizam a criação do loteamento denominado de Vila Operaria que totaliza aproximadamente 284 lotes de propriedade, atualmente este setor é um dos mais desenvolvidos do município com uma grande extensão territorial, com a presença de inúmeras empresas comerciais, onde esta localizada a Feira Coberta, dois ginásios de esportes, o estádio municipal, e o hospital público.

No dia 14 de março de 1968 os vereadores reúnem-se para a 3^o Sessão Extraordinária do Legislativo Municipal, onde constou como matéria de discussão a proposta do Sr. Vereador Alexandrino Cândido Gomes de arrendamento de uma pequena área de terra que faz margem com a lagoa e a Avenida Federal denominada BR-14, terreno este solicitado para criação de uma área verde, com plantações de árvores frutíferas, como mandioca; batata doce; melancia etc., e também para criação de aves como galinhas; patos; gansos, com o propósito de embelezar a margem da lagoa e a cidade, e que possa vir a suprir as necessidades do comércio local.

A cidade de Porangatu passa a ter um sistema de saneamento básico somente no ano de 1968 quando é aprovada a criação da lei que cria o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porangatu (SAAEP), que tem como objetivo a realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável, de redes de esgotos sanitários, bem como o de promover o saneamento básico do município.

Visando isto, o progresso na cidade de Porangatu, foi um, lento, mas contínuo progresso, que nesse marca-passo, usufruía rigorosamente de seu ecossistema, e, dentre outras, severamente o castigava pela ânsia capitalista na criação de gado e pela luta na sobrevivência com plantações que favoreceriam no alimento diário da família. No entanto, vale ressaltar que, para tal população tornar-se visível, famílias foram selecionadas para compor este contexto historiográfico, enquanto as demais, viviam esquecidas (como a classe minoritária sempre foi) por constituírem-se de

uma miscigenação não bem vista pelos parâmetros sócias, por causa da migração constante que a região comportava na época.

Assim, há uma eloquente e difuso crescimento populacional que ovaciona toda uma cultura sertanista, sem se lembrar da degradação patrimonial que é o cerrado e todo o seu bioma, tendo uma estruturação urbanista através dos meios que o espaço favorece para tal, cercando-o de pragmatismos não inerentes, mas incoerentes com o que a história defende como patrimônio territorial, ou uma cultura da terra, para a terra e pela terra.

Referências

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 6º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 11 de Abril de 1959. P. 10 e 11. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 19º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 15 de Maio de 1962. P. 11 e 12. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 22º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 02 de Julho de 1962. P. 14, 15 e 16. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 1º sessão ordinária deste legislativo Municipal. 06 de Fevereiro de 1950. P. 14 e 15. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 4º sessão ordinária deste legislativo Municipal. 10 de Julho de 1953. P. 59 e 60. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 4º sessão ordinária deste legislativo Municipal. 10 de Outubro de 1953. P. 64 e 65. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 2º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 20 de Abril de 1954. P. 78. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 6º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 01 de Dezembro de 1954. P. 87. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 5º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 30 de Novembro de 1954. P. 86. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 2º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 13 de Março de 1968. P. 07, 08 e 09. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 44º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 03 de Setembro 1965. P. 09, 10, 11, 12 e 13. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 3º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 14 de Março de 1968. P. 09 e 10. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU. Ata da 15º sessão extraordinária deste legislativo Municipal. 25 de Abril de 1968. P. 23, 24 e 25. Acervo: Câmara Municipal dos Vereadores.

BURKE, Peter. Testemunha Ocular. Historia e Imagem. São Paulo: Editora EDUSC, 2004.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. (Org.). Bioses africanas no Brasil. Notas de história ambiental. 1 ed. Itajaí: Casa Aberta, 2012.

COSTA, Kelerson Semerene Meia Ponte: História e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. Mega diversidade. Volume 1, Nº 1. Julho 2005. p.147a155.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores. In: Projeto História. São Paulo: Editora PUC-SP, 1981.

PREFEITURA Municipal de Porangatu. Plano Diretor Sustentável Porangatu Goiás. Porangatu: Prefeitura Municipal de Porangatu, 2006.

SAINT-HILAIRE, August de. Viagem a Província de Goiás. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n.19, set.89/fev.90.

SANO, S. & S. ALMEIDA (eds.) Cerrado, Ambiente e Flora. EMBRAPAC/PAC, Planaltina, 1998.

SILVA, S. D. (Org.) ; PIETRAFESA, J. P. (Org.); FRANCO, J. L. A. (Org.); DRUMMOND, J. A. (Org.); TAVARES, G. G. (Org.). Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil. 1.ed. Goiânia: Editora PUC.

SILVA, S. D. ; TAVARES, G. G. ; SA, Dominichi Miranda ; FRANCO, J. L. A. Fronteira, História e Natureza: a construção simbólica do Oeste Brasileiro (1930-1940). Hlb: Revista de Historia Ibero americana, v.7, p.42-64, 2014.

WOSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. Ambiente e Sociedade, vol. 5, n2.

Fronteira do Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil. / Organizadores: Sandro Dutra e Silva; José Paulo Pietrafesa; José Luis Andrade Franco; José Augusto Drummond e Giovana Galvão Tavares. - Goiânia: Ed. Da PUC Goiás / Gráfica e Editora América, 2013.

ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. O Sertão de Amaro Leite no século XIX [manuscrito]. Anápolis, 2016. Dissertação - TECCER - UEG/CCSEH. I Título.